



Prefeitura Municipal de Barra Longa  
Estado de Minas Gerais  
CNPJ 18.316.182/0001-70  
Rua Matias Barbosa, 40 – Centro  
Barra Longa/MG CEP: 35.447-000

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.973  
de 06 de 06 de 2019  
CÂMARA MUNICIPAL  
DE BARRA LONGA

**PROJETO DE LEI Nº 014/2019**

**Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente.**

O Prefeito Municipal de Barra Longa, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e considerando a necessidade de desapropriar imóveis de interesse da municipalidade, submete à aprovação da Câmara Municipal o seguinte projeto de lei:

**Art.1º.** Fica autorizada a abertura de crédito especial ao orçamento vigente, sob as seguintes classificações orçamentárias:

I-2.09.01.13.392.1392.2.0017.4.4.90.61.00.100 R\$ 35.000,00  
Manutenção Atividades DEP.MUN.CULT.TUR.ESP.LAZER

II - 2.02.02.04.122.0421.1.0002.4.4.90.61.00.100 R\$ 85.000,00  
Obr.Inst.Reform.Aquis.Imóv.Equip.Mat.Perm ADM

**Art.2º.** A fonte de recursos para suplementar os créditos especiais autorizados no art. 1º será a anulação parcial da seguinte dotação:

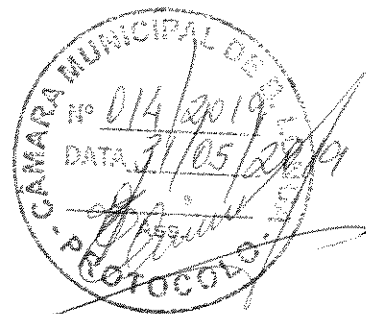
I - 2.02.02.04.122.0421.1.0002.4.4.90.52.00.100.240 R\$120.000,00  
Obr.Inst.Reform.Aquis.Imóv.Equip.Mat.Perm ADM

**Art.3º.** Fica autorizada a suplementação dos créditos especiais autorizados no art. 1º até o dobro do seu valor, observando as fontes de recursos do art. 43 § 1º da Lei 4.320/64.

**Art.4º.** Revogadas todas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de maio de 2019.

  
ELISIO PEREIRA BARRETO  
PREFEITO MUNICIPAL



**VIDE VERSO ➡**



Prefeitura Municipal de Barra Longa  
Estado de Minas Gerais  
CNPJ 18.316.182/0001-70  
Rua Matias Barbosa, 40 – Centro  
Barra Longa/MG CEP: 35.447-000

GABINETE DO PREFEITO

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 014/2019**

**Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente.**

Exm<sup>os</sup>. Srs. Vereadores.

Submetemos a este colendo Poder Legislativo Municipal o projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial para viabilizar o pagamento da desapropriação de imóveis de interesse da Municipalidade.


Por ser matéria de relevante interesse para o erário e para a Municipalidade, contamos com a sua unânime aprovação.

Gabinete do Prefeito, 30 de maio de 2019.

  
ELISIO PEREIRA BARRETO  
PREFEITO MUNICIPAL



Recebido em  
31  
05  
19

  
Fernando Antônio P. Trindade  
Ag. Adm. - Mat. 0014-1  
CPF 455.395.536-91

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, OBRAS E  
SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE E SANEAMENTO**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, EDUCAÇÃO, CULTURA, AÇÃO  
SOCIAL E AGRICULTURA**

**PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 014/2019**

**HISTÓRICO:** De iniciativa do Executivo, vem a exame destas Comissões o projeto de Lei em epígrafe que "dispõe sobre a abertura de crédito especial para aquisição de equipamentos e dá outras providências".

**PARECER:** Nos termos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, são condições básicas para se abrir Créditos Especiais ou Suplementares: a prévia autorização legislativa e a indicação de recursos.

A autorização legislativa para abertura de créditos suplementares pode ser dada até determinada importância, fixada diretamente na própria lei de meios, pois não pode haver créditos ilimitados. A fixação pode ser feita em valor absoluto ou em percentual sobre o total do Orçamento aprovado ou outro parâmetro qualquer.

O projeto em exame foi elaborado nos exatos termos da Lei nº 4.320, que foi hospedada integralmente pela Constituição da República.

A fonte de recursos para suplementar os créditos especiais está delineada no art. 2º do indigitado projeto.

O projeto em exame, não contém vícios que impeçam a sua tramitação regular, devendo obedecer o rito estabelecido no Regimento Interno da Câmara.

**CONCLUSÃO:** Diante de todo exposto, estas comissões manifestam-se favoráveis à aprovação da matéria, não havendo nenhum óbice do ponto de vista da legalidade, financeiro e orçamentário, cabendo ao douto Plenário decidir no tocante ao mérito.

Eis o parecer, *sub censura*

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra Longa, 03 de junho de 2019.

  
**1ª Comissão**

  
**2ª Comissão**